



LEIBERTO CESAR ARAUJO/GREENPEACE (DIVULGAÇÃO) - 21/10/2009

Num cálculo aproximado feito por cientistas, a floresta amazônica vale US\$ 500 bilhões só pelo volume de carbono estocado em suas plantas

Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ). "Não diria que o Brasil está no caminho do desenvolvimento de baixo carbono, porque não escolheu esse caminho deliberadamente", diz. "Mesmo se não fizer nada, ele continuará sendo de baixo carbono. Mas é possível ser muito mais. Agora, decisões precisam ser tomadas para que ele continue evoluindo."

Custo da transição. Schaeffer é um dos autores de um estudo ambicioso, financiado pelo Banco Mundial, que avaliou a relação custo-benefício de promover, deliberadamente, o desenvolvimento de baixo carbono no Brasil. O custo do esforço extra para limpar ainda mais a economia (comparado a um

cenário em que as atuais políticas oficiais sejam mantidas) é de US\$ 15 bilhões a US\$ 20 bilhões anuais até 2030. "Para o País é um benefício, sem dúvida. Mas não obrigatoriamente para cada empreendedor individualmente", afirma Schaeffer. Ele defende a tese de que o governo precisa oferecer incentivos para bancar essa transição.

Infelizmente, só países que enfrentaram tragédias parecem se dar conta da importância da sustentabilidade. Como lembra Jacques Marcovitch, ex-reitor da Universidade de São Paulo, muitas mortes foram causadas pela fuligem das chaminés de fábricas durante o processo de industrialização da Inglaterra. Hoje, Londres é uma das capitais mais limpas da Europa e reconhecida pela despo-

luição do Rio Tâmisa.

Outros líderes entre os países emergentes já sofrem os graves problemas de crescer sem levar em conta o ambiente, mas reagem de formas diferentes. A Índia costuma usar o argumento de que tem o direito de repetir a trajetória dos países desenvolvidos – ainda que seguindo um modelo do século 20, que abusa, por exemplo, do uso de carvão. Também dependente do carvão, a China tem estimulado a pesquisa em energias limpas, como a solar, e criou um gigantesco programa de plantio de árvores para tentar ao menos brejar o processo de desertificação do país.

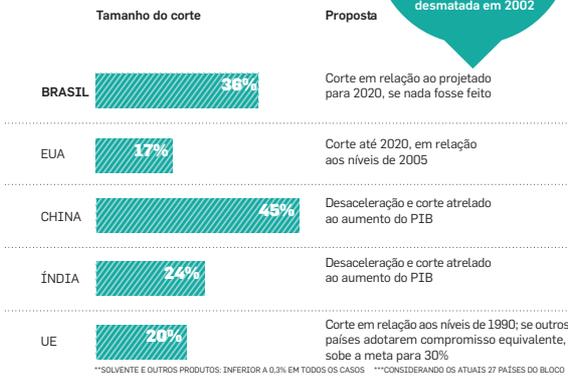
Para Ricardo Abramovay, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, o Brasil tem posi-

ção privilegiada mesmo entre os emergentes. "Não estamos numa situação que exige crescimento acelerado, no nível de China e Índia. É um imenso privilégio, que talvez eles não tenham em razão do tamanho da população", afirma. "Temos um certo conforto com relação à capacidade de nos organizar para um crescimento voltado à qualidade, e não um crescimento a qualquer custo."

Na opinião de Abramovay, o Brasil deve investir com urgência na fabricação de produtos que consumam menos energia e matéria-prima. "Nossa indústria automobilística ainda é uma indústria do início da segunda metade do século 20, enquanto a China, a Europa, o Japão e os Estados Unidos já estão ingressando em outro patamar."



EMISSIONES DE CARBONO



Muito além de rios e bem-te-vis

Discussão sobre ambiente e desenvolvimento deve passar pela criação de uma 'imagem verde' para o agronegócio brasileiro

Virgílio Viana*

Eleições presidenciais representam uma oportunidade ímpar para debater temas de interesse nacional. Talvez não exista assunto de maior importância estratégica que tenha recebido tão pouca atenção quanto o tema ambiental. É essencial que o Brasil tenha competência para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de crescer sem degradar o meio ambiente. Vivemos um momento histórico marcado por mudanças climáticas globais e degradação ambiental. Se continuarmos nessa trajetória, o custo das mudanças do clima representará entre 5% e 20% do PIB global por ano (de US\$ 3,5 trilhões a US\$ 12,2 trilhões, baseado-se no PIB global de 2010). O sofrimento humano e a degradação da natureza são ainda maiores. Nesse contexto, meio ambiente e sustentabilidade assumem importância estratégica.

Entretanto, no Brasil se costuma tratar das questões ambientais de forma pontual, quando surgem obras polêmicas para o licenciamento: a Usina de Belo Monte, a transposição do Rio São Francisco etc. Outras vezes, o tema recebe atenção por causa de desastres: derramamentos de petróleo, poluição de rios, desmatamento etc. Quando debatemos temas complexos como o Código Florestal, encaramos como se fosse uma partida de futebol, com emoção e sem a devida perspectiva científica e estratégica. Raramente nos perguntamos: devemos alterar nosso estilo de desenvolvimento para reduzir os danos ambientais? Isso é bom para o Brasil?

A resposta óbvia é que sim: devemos alterar nosso estilo de desenvolvimento, especialmente para a Amazônia. Deveríamos controlar os vetores econômicos do desmatamento, reduzindo a emissão de 540 milhões de toneladas de gás carbônico equivalente por ano (média dos últimos 10 anos). Deveríamos lutar para que essa redução fosse valorizada no modelo de mercado de carbono em discussão pela Convenção do Clima – o preço da tonelada de carbono no mercado regulado gira ao redor de € 13 e deve alcançar € 60 até 2020. Deveríamos buscar agressivamente vantagens comerciais para os produtos do Polo Industrial de Manaus, o arranjo macroeconômico de maior sucesso para a proteção

da Amazônia. Deveríamos dizer ao mundo o óbvio: comprar celulares e eletrônicos de Manaus é bom para a floresta e gera benefícios para o planeta. Por isso, esses produtos devem pagar menos impostos que os produzidos em qualquer outra parte do mundo.

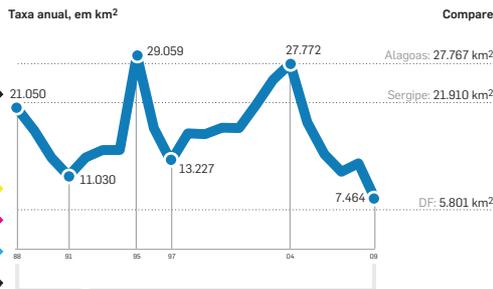
Deveríamos construir uma imagem verde para o agronegócio brasileiro, especialmente no segmento exportador. Não se trata de um desafio de propaganda e marketing, mas sim de gestão da qualidade ambiental na agropecuária. Os concorrentes brasileiros usam e abusam da relação perversa do nosso etanol, soja e carne com o desmatamento. Essa "pegada florestal" do agronegócio é continuará a ser uma barreira para a abertura de mercados, especialmente nas economias mais industrializadas e sociedades mais bem informadas. Os governos deveriam, assim, estimular a certificação e a parceria entre empresas e entidades ambientalistas.

Deveríamos repensar o modelo de crédito rural e financiamento do agronegócio pelo BNDES e outros bancos, criando desincentivos para o desmatamento e incentivos para os que conservam a floresta. Deveríamos, enfim, construir um mapa do caminho rumo à sustentabilidade do agronegócio brasileiro. Deveríamos criar mecanismos para o pagamento de serviços ambientais a todos os que conservam florestas. Das florestas dependem as chuvas e a vazão dos rios e, por tabela, a geração de energia hidrelétrica, a agropecuária e o abastecimento urbano de água.

A agenda de sustentabilidade e meio ambiente tem implicações para todos os setores, do público ao privado, englobando indústria, comércio, serviços, energia, infraestrutura, transporte, educação, saúde, relações internacionais, ciência e tecnologia etc. Meio ambiente e sustentabilidade devem ocupar lugar central no debate sobre os caminhos para o Brasil. Não se trata apenas de proteger rios, pererecas e bem-te-vis. O que está em jogo é emprego, renda e o futuro de nossos filhos e netos. É de interesse nacional repensar o papel estratégico da sustentabilidade e do meio ambiente para o futuro do País.

* PHD PELA UNIVERSIDADE HARVARD. SUPERINTENDENTE-GERAL DA FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL E EX-Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL



ÁREA AMAZÔNIA LEGAL
5,2 milhões de km²

EQUIVALENTE A 61% DO BRASIL

EM 21 ANOS 378.783 km² desmatados na Amazônia Legal O QUE EQUIVALE A UMA NORUEGA

O MESMO QUE 4 ESTADOS JUNTOS

142.814 km ² AP	98.311 km ² PE	95.346 km ² SC
		43.696 km ² RJ

FONTE: AGENCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA; INVENTARIOS DE EMISSÃO DOS GOVERNOS; PROJEÇÃO DO WORLD RESOURCES INSTITUTE E SIME; INFOGRÁFICO: ESTUDO ATUAL